



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
3º TRIMESTRE DE 2016
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	5
PERSPECTIVAS PARA 2016	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

3º TRIMESTRE DE 2016**RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas SA, no cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresenta o Relatório e Contas relativo ao terceiro trimestre de 2016, do qual constam o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 30 de Setembro de 2016 e o respetivo Anexo. Por se tratar de divulgação de informação intercalar a mesma não foi auditada.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05€, que estão admitidas à negociação em Bolsa.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por 100% da atividade do Grupo.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 30 de Setembro de 2016:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica SGPS SA	Gestão Participações Sociais	2-fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização da Lisgráfica (PER) apresentado em finais de 2012, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A mencionada sentença de homologação transitou em julgado em 03 de Dezembro de 2013, conforme Certidão emitida em 17 de Fevereiro de 2014, a qual vincula todos os credores ao referido Plano de Revitalização. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa em 2013 quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira.

No período, o impacto nos resultados do Grupo decorrentes do PER é de + 1.041 mil euros relativos à atualização dos passivos a fornecedores e banca, e de - 260 mil euros pela anulação dos respetivos impostos diferidos.

No terceiro trimestre de 2016, a economia portuguesa cresceu cerca de 0,8% face ao trimestre anterior, o que denota uma melhoria face aos trimestres anteriores. Em relação ao mesmo trimestre de 2015 o crescimento é de 1,6%, com uma estagnação da procura interna e com um desempenho positivo da procura externa .

Apesar da ligeira melhoria da situação económica nos últimos meses, existem ainda alguns riscos associados à conjuntura internacional e às restrições orçamentais portuguesas que vão perdurar durante todo o ano de 2016.

Os sinais positivos registados nos últimos trimestres permitem antever que a trajetória tendencial da economia passe a ser positiva, mas com um ritmo lento.

O sector da indústria gráfica não reflete ainda a tendência de recuperação económica, mantendo-se neste período a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas; também a nível de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais não se verifica uma inversão sustentada do ciclo recessivo.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em exercícios anteriores.

No período de Janeiro a Setembro de 2016, comparativamente com o período homólogo, manteve-se a redução do nível de atividade com uma variação de -7,3%; o contributo para este desvio, em termos absolutos, verifica-se nas rubricas revistas e jornais/suplementos, devido ao efeito conjugado da saída de dois clientes de média dimensão no final do 1º semestre e do decréscimo de tiragens e número de páginas dos principais editores.

A decomposição de vendas por tipo de produto no trimestre, e em relação ao período homólogo, é a seguinte:

VENDAS POR TIPO DE PRODUTO JAN A SET

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. 15/16	Var. 15/16
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			Em €	Em %
Revistas	8.344	9.116	-772	-8,5%
Jornais/suplementos	2.386	2.810	-424	-15,1%
Catálogos e Folhetos	2.472	2.359	113	4,8%
Listas	104	142	-38	-26,8%
Outros	514	474	40	8,4%
TOTAL	13.820	14.901	-1.081	-7,3%

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. 15/16	Var. 15/16
(Valores em milhares de Euros)	3º Trim	3º Trim	Em €	Em %
Revistas	2.659	3.036	-377	-12,4%
Jornais/suplementos	737	962	-225	-23,4%
Catálogos e Folhetos	816	874	-58	-6,6%
Listas	0	110	-110	-100,0%
Outros	124	200	-76	-38,0%
TOTAL	4.336	5.182	-846	-16,3%

A nível de produção de cadernos, no formato A4 (1 caderno = 16 páginas), unidade de medida usada na indústria gráfica, regista-se também um decréscimo de cerca de 6%, face a idêntico período de 2015.

Como nos últimos exercícios, regista-se um decréscimo considerável na família de produtos "Listas" (-27% no período); esta rubrica inclui a impressão das listas telefónicas para Portugal e estrangeiro (América Latina).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período:

ATIVIDADE OPERACIONAL JAN - SET 2016/2015

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. 15/16	Var. 15/16
(Valores em Milhares de Euros)			em €	em %
Vendas	13.820	96%	14.901	96%
Outros Proveitos Operacionais	522	4%	649	4%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	14.342	15.550	-1.208	-7,8%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	4.255	30%	4.434	29%
Fornecimentos e S. Externos	3.937	27%	4.490	29%
Custos Com Pessoal	4.222	29%	4.420	28%
Amortizações e Ajustamentos	976	7%	1.749	11%
Perdas de Imparidade	-4	0%	-4	0%
Outros Custos Operacionais	142	1%	160	1%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	13.528	15.249	-1.721	-11,3%
RESULTADO CORRENTE - €	814	301	513	170,4%
RESULTADO CORRENTE - %	5,7%	1,9%	3,7%	193,2%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes	-1.938	-992	946	95,4%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-1.124	-691	-433	-62,7%
EBITDA - €	1.786	2.046	-260	-12,7%
EBITDA - %	12,5%	13,2%	-0,7%	

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

Os Proveitos Correntes de Janeiro a Setembro atingem os 14,3 milhões de Euros, dos quais 96% provêm diretamente das vendas e 4% de outros serviços prestados, repartição esta sem alterações nos últimos exercícios. Pelos motivos já indicados, regista-se uma variação de - 7,8% comparativamente a idêntico período de 2015.

No entanto os Custos Correntes registam um decréscimo total de 11,3%, em resultado das medidas de reestruturação que a empresa tem vindo a concretizar no âmbito do PER e do ajustamento na estrutura decorrente da redução verificada na atividade e do impacto nas depreciações do aumento da vida útil de bens não totalmente amortizados (que ocorreu em finais de 2015).

Os Custos/Proveitos Operacionais que são considerados não correntes (1.938 milhares de euros) incluem:

- custo relativo à atualização do valor de dívida do PER, de fornecedores e outras entidades, reportados ao final do terceiro trimestre, de 1.383 mil euros, as quais vão ser liquidadas em vários anos como definido no PER;
- custo com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho efetuadas e negociadas até 30 de Setembro de 2016, no valor global de 555 mil euros;

O Resultado Corrente Consolidado (resultado decorrente das operações), apurado até 30 de Setembro de 2016, regista uma melhoria significativa, atingindo um valor positivo de 814 milhares de euros. Mantém-se assim, a tendência de resultados correntes positivos, registada em trimestres anteriores e evidencia o novo ciclo de resultados positivos da empresa.

De destacar o comportamento igualmente positivo do Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) que se mantém positivo em, aproximadamente, 1,8 milhões de Euros (que corresponde a uma margem de EBITDA de 12,6%).

No final do ano anterior o grupo tinha 216 trabalhadores e no final do terceiro trimestre o número diminuiu para 198.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS JAN – SET 2016/2015

DESCRIÇÃO	2016	2015	Var. 15/16	Var. 15/16
<i>(Valores em milhares de euros)</i>			em €	em %
Resultados Correntes	814	301	513	170%
Resultados Operacionais	-1.124	-691	-433	-63%
Resultados Financeiros	-537	-1.493	956	64%
Imposto S/ Rendimento	246	331	-85	-26%
Resultados Líquidos	-1.415	-1.853	438	24%

Os resultados financeiros registam uma melhoria em consequência da renegociação do passivo bancário que teve um impacto positivo em termos de atualização do justo valor dos passivos bancários.

Pelo exposto, os Resultados Líquidos Consolidados do período de Janeiro a Setembro de 2016 mantêm-se negativos mas reduzem para os - 1.415 milhares de euros.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO - 2016/2015

DESCRIÇÃO	2016	31-dez	Var. 15/16	Var. 15/16
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>	3º Trimt	2015	em €	em %
Activos não Correntes	13.280	14.427	-1.147	-8%
Activos Correntes	6.427	6.941	-514	-7%
TOTAL ACTIVO	19.707	21.368	-1.661	-8%
Capital Próprio	-14.444	-13.029	-1.415	-11%
Passivo não Corrente	22.469	22.352	117	1%
Passivo Corrente	11.682	12.045	-363	-3%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	19.707	21.368	-1.661	-8%

As principais variações ocorridas são:

- Ativos não Correntes: diminuição de cerca de 8%, devido essencialmente à redução do Imobilizado Líquido (Ativos Fixos Tangíveis), efeito conjugado do valor de depreciações no período e por não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção);
- Ativos Correntes: a variação deve-se à evolução normal da atividade;
- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no período. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final de Setembro em 14.444 mil euros negativos;
- Passivo Global: a variação registada deve-se principalmente ao efeito contabilístico da reposição do valor nominal da dívida incluída no PER ao longo do seu período de vida (amortização), com impacto nas rubricas Empréstimos Obtidos e Fornecedores.

Ao longo dos primeiros nove meses de 2016, o grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

A empresa está a aplicar as medidas definidas no referido Plano.

PERSPETIVAS PARA 2016

Na linha da evolução positiva do PIB registada nos últimos dois anos, prevê-se para este ano um ténue crescimento da economia portuguesa, de cerca de 1%.

A sustentar a recuperação da economia portuguesa estão a retoma do consumo privado e do investimento. Estima-se ainda que as exportações continuem a contribuir de forma positiva para o crescimento da economia, embora para 2016 se antevêja um crescimento inferior ao verificado nos dois últimos anos. No entanto, a recuperação económica vai ser condicionada pela continuação do processo de consolidação orçamental em curso desde o início do programa de apoio da troika.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra, os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que as recentes estimativas do comportamento do investimento publicitário apontam para um ligeiro decréscimo ainda em 2016 e em especial na imprensa escrita. Este facto vai condicionar o sector da imprensa com uma redução no número de páginas e tiragens. Igual comportamento deve ocorrer com as grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) nas quais se espera também uma ligeira redução do número e volume de campanhas.

Tendo em consideração estes pressupostos, estima-se que para 2016 a faturação irá apresentar uma redução face ao verificado no exercício anterior. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção que se antevê para o exercício.

O Grupo, através da implementação de medidas de reestruturação interna, prevê melhorar o desempenho dos indicadores económicos, nomeadamente, do EBITDA e Resultados Correntes das Operações para os próximos anos. Espera-se, assim, que 2016 será o primeiro ano de estabilização de resultados correntes positivos.

No final do período, a empresa tinha implementado a totalidade das medidas previstas no PER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o período findo em 30 de Setembro de 2016.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste período.

Estima-se assim, que nos próximos exercícios, se concretize a melhoria dos Capitais Próprios em resultado da integral aplicação das medidas do PER e outras e que a empresa regressará, brevemente, à situação de dispor de Capitais Próprios positivos.

Queluz de Baixo, 29 de Novembro de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, catálogos, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas indicadas na Nota 4.

O processo Especial de Revitalização ("PER"), requerido pela Empresa em finais de 2012, transitou em julgado em 3 de dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

No 3º trimestre de 2016, o efeito das medidas operadas no âmbito do referido Plano, assim como a renegociação subsequente relacionada com as dívidas reestruturadas no âmbito do PER, teve o seguinte impacto negativo de 780 227 euros nos resultados da Empresa:

. Descontos de dívida (regularizações/atualizações)	(1 040 646 euros)
. Impostos diferidos passivos (reversão)	260 419 euros

Os efeitos do PER estão detalhados nas notas respetivas.

De referir, adicionalmente, que desde a apresentação do PER que a Empresa cumpre atempadamente as suas responsabilidades ao abrigo do referido plano.

Estas Demonstrações Financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de novembro de 2016.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 38,68% do capital social.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como

adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2015, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral consolidado. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação financeira na empresa, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados em resultados do exercício, quando incorridos.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das Empresas do grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda funcional e de relato do grupo é o Euro.

2.4 Ativos intangíveis

a) *Goodwill*

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

b) *Ativos intangíveis, exceto goodwill*

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador ("*Software*") e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão com a Heska Portuguesa, S.A. ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Classe Homogénea</u>	<u>Anos</u>
Sotware	3
Direitos contratuais	13

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo

de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

A vida útil estimada dos ativos é revista a cada data de relato financeiro, sendo qualquer alteração identificada aplicada prospectivamente.

2.6 Imparidade de ativos

O Grupo efetua a avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem *cash flows* independentes, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido

dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O *Goodwill*, os Ativos Intangíveis sem vida útil definida e os Ativos Intangíveis em curso são testados por imparidade anualmente.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Existências

As existências do Grupo correspondem essencialmente a papel, tintas e chapas.

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio.

2.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O justo valor de ativos financeiros é mensurado com base nos preços observáveis em mercado ativo, ou em métodos/técnicas de avaliação, quando o mercado ativo é inexistente. Um mercado é tido por mercado ativo quando os seus agentes transacionam regularmente.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os passivos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não se encontrem cotados em mercados líquidos, são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros cuja detenção tenha por objetivo a sua realização a curto prazo (passivos financeiros detidos para negociação e instrumentos derivados não afetos a operações de cobertura) são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expirem.

2.9.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos *cash-flows* esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.9.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.9.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda correspondem a instrumentos financeiros não derivados designados nesta categoria, ou a instrumentos financeiros que não

são classificados como clientes e outras contas a receber, ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Estes instrumentos financeiros são inicialmente registrados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade. Quando os ativos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sujeitos a perdas de imparidade, os ajustamentos cumulativos de justo valor são incluídos em resultados como ganhos e perdas em investimentos financeiros.

2.9.4 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registrados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registradas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.9.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registradas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.9.6 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registrados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

2.11 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas

provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas, ou até ao limite de compensação dos efeitos de liquidação de passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill* ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, estes não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período de reversão da diferença temporária, e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.13 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes de prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de conclusão ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

2.14 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.15 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expeável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.16 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nessa base. O principal responsável pela tomada de decisão do Grupo é o Conselho de Administração.

2.17 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.18 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo número total de ações deduzido do número de ações próprias.

2.19 Capitalização de juros

Os custos de empréstimos relativos a ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo se encontre em condição de uso, sendo os restantes custos com empréstimos reconhecidos, quando ocorrerem, em resultados do exercício.

2.20 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.21 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe, numa ótica de mera prudência, a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

O Grupo mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Porcentagem efetiva em	
		30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lisgráfica, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
Gestigráfica, S.A.	Barcarena	100	100

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos semestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	30 setembro de 2016	30 setembro de 2015	3º. trimestre de 2016	3º. trimestre de 2015
Revistas	8.343.798	9.115.635	2.659.359	3.036.537
Jornais e suplementos	2.385.548	2.810.205	736.622	962.173
Catálogos e folhetos	2.472.125	2.359.121	815.800	874.020
Listas	104.012	142.189	-	110
Outros	514.266	473.531	121.268	200.441
	<u>13.819.749</u>	<u>14.900.681</u>	<u>4.333.049</u>	<u>5.073.281</u>

Em 30 de setembro de 2016, esta rubrica inclui 42 902 euros decorrente de transações com entidades relacionadas – Gestprint, S.A. (Nota 26).

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30 setembro de 2016	30 setembro de 2015	3º. trimestre de 2016	3º. trimestre de 2015
Aluguer de instalações (a)	453 875	454 175	151292	151292
Imputações de custos (b)	49 441	57 274	14 216	19 265
Outros proveitos operacionais	461842	351977	5 619	121508
	<u>965 158</u>	<u>863 426</u>	<u>171127</u>	<u>292 065</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações do Grupo que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica foi determinada como segue:

	<u>30 setembro de 2016</u>	<u>30 setembro de 2015</u>	<u>3º. trimestre de 2016</u>	<u>3º. trimestre de 2015</u>
Mercadorias vendidas	19 367	7 442	7 063	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>4 235 101</u>	<u>4 426 527</u>	<u>1 328 730</u>	<u>1 430 111</u>
	<u><u>4 254 468</u></u>	<u><u>4 433 969</u></u>	<u><u>1 335 793</u></u>	<u><u>1 430 111</u></u>

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, esta rubrica teve a seguinte composição:

	<u>30 setembro de 2016</u>	<u>30 setembro de 2015</u>	<u>3º. trimestre de 2016</u>	<u>3º. trimestre de 2015</u>
Subcontratos	311 106	365 554	109 270	170 370
Eletricidade	1 045 018	1 088 042	341 742	375 997
Combustíveis e outros fluídos	278 686	357 872	77 429	112 503
Rendas e alugueres (a)	1 050 930	1 358 349	268 485	391 883
Transportes de mercadorias	131 975	171 515	43 075	59 373
Conservação e reparação	383 436	334 143	93 345	116 747
Trabalhos especializados (b)	279 583	363 824	79 962	137 022
Outros	<u>456 723</u>	<u>450 604</u>	<u>157 274</u>	<u>154 312</u>
	<u><u>3 937 457</u></u>	<u><u>4 489 903</u></u>	<u><u>1 170 582</u></u>	<u><u>1 518 207</u></u>

(a) Em 30 de setembro de 2016, esta rubrica inclui o montante de 244 254 euros decorrente de transações com entidades relacionadas – Rasográfica, S.A. (Nota 26); o contrato foi unilateralmente rescindido pela Lisgráfica, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2016.

(b) Em 30 de setembro de 2016, esta rubrica inclui o montante de 41 995 euros decorrente de transações com entidades relacionadas – Gestprint, S.A. (Nota 26).

Locações operacionais

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), atualmente denominada NB – Património, S.A., pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas, pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008, 30 de novembro de 2010, acordo de 29 de abril de 2013, no qual se reduziu a área ocupada em cerca de 3.500 m² e acordo de 12 de outubro de 2015, onde se fixaram os valores de rendas mensais até final de 2017.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos a contratos de locação operacional, são conforme segue:

	30 setembro de 2016		
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	958 962	88 200	1 047 162

	30 setembro de 2015		
	Arrendamento de instalações	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	1 264 617	88 200	1 352 817

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, os custos com o pessoal foram os seguintes:

	30 setembro de 2016	30 setembro de 2015	2º. trimestre de 2016	3º. trimestre de 2015
Salários e remunerações:				
Órgãos sociais	262 588	263 525	85 125	85 125
Pessoal	2 843 093	2 971 522	927 968	1 070 590
Encargos sobre remunerações	717 712	749 187	237 432	268 444
Outros custos com o pessoal	953 698	978 369	198 538	164 837
	<u>4 777 091</u>	<u>4 962 603</u>	<u>1 449 063</u>	<u>1 588 996</u>

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, o número de trabalhadores ao serviço do Grupo foi de 198 e 216, respetivamente.

10. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 30 de setembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	30 setembro de 2016	30 setembro de 2015	3º. trimestre de 2016	3º. trimestre de 2015
Impostos (a)	54.520	67.211	17.084	21.470
Descontos de pronto pagamento concedidos	71.606	78.331	24.943	27.379
Correções relativas a exercícios anteriores	1.526	4.907	1.272	33
Despesas não documentadas	316	-	149	-
Regularização do desconto da dívida (PER):				
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	334.954	401.312	84.372	133.152
Outros passivos correntes e não correntes (Nota 23)	1.040.547	263.129	682.631	103.491
Regularização IVA (PER) (b)	7.086	1.042	-	1.042
Outros	13.973	8.781	4.157	(17.462)
	<u>1.524.528</u>	<u>824.713</u>	<u>814.608</u>	<u>269.105</u>

Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos a imposto do selo sobre transações bancárias, nomeadamente, juros financiamento, emissão de letras e garantias.

- (a) Montante referente à regularização do IVA sobre o perdão da dívida (PER) por parte de alguns fornecedores.

11. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	30 setembro de 2016	30 setembro de 2015	3º. trimestre de 2016	3º. trimestre de 2015
<u>Custos financeiros:</u>				
Juros suportados	802 784	546 400	464 364	196 755
Regularização do desconto da dívida (PER):				
.Financiamentos (Nota 21)	49 033	647 082	(133 788)	217 570
.Locações financeiras (Nota 22)	-	219 243	(48 414)	73 775
Regularização do desconto da dívida (Outros):				
.Financiamentos (Nota 21))	-	7 567	(5 875)	256
.Locações financeiras (Nota 22)	-	-	(21 012)	-
Outros custos financeiros	83 564	102 507	32 896	34 476
	<u>935 381</u>	<u>1 522 799</u>	<u>288 171</u>	<u>522 832</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>				
Juros obtidos	123	9 250	11	11
Efeito do desconto da dívida:				
Financiamentos (Nota 21) (a)	178 303	-	178 303	-
Leasings (Nota 22) (a)	123 591	-	123 591	-
Outros proveitos financeiros	95 939	21 092	90 848	1 050
	<u>397 956</u>	<u>30 342</u>	<u>392 753</u>	<u>1 061</u>
Proveitos/custos financeiros, líquidos	<u>(537 425)</u>	<u>(1 492 457)</u>	<u>(104 582)</u>	<u>(521 771)</u>

- (a) Montante derivado da renegociação da dívida ao BCP.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no trimestre findo em 30 de setembro de 2016, foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos			Total
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsídios do governo	Desconto das dívidas PER	Desconto de outras dívidas	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	168 154	168 154	2 965	3 272 137	262 938	3 706 194
Aumento em resultados	-	-	-	-	-	-
Redução em resultados	18 684	18 684	1 509	254 436	4 473	279 102
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u>149 470</u>	<u>149 470</u>	<u>1 456</u>	<u>3 017 701</u>	<u>258 465</u>	<u>3 427 092</u>

Outras informações:

No exercício de 2007, a Lisgráfica foi alvo de liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC e Imposto Municipal sobre Transmissões ("IMT") referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 260.000 euros, tendo sido dado como penhor um equipamento no montante de 350.853 euros (Nota 28). A Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que não têm fundamento, tendo inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direção Geral dos Impostos a liquidação adicional referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Lisgráfica não constituiu qualquer provisão para aquele efeito.

Em 2014, a Lisgráfica foi alvo de uma inspeção pela Autoridade Tributária (AT) às contas do exercício de 2012 e 2013. No entanto, no seguimento dos relatórios emitidos em 2015, a Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, reclamou as duas correções identificadas as quais resultaram em liquidações adicionais de IRC (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 235.576 euros (147.403 euros em 2012 e 88.173 euros em 2013), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária. Em face dos factos, a Lisgráfica considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

13. ATIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do trimestre findo em 30 de setembro de 2016.

14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações até de setembro de 2016 ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações (726 031 euros), aquisições (31 645 euros) e abates / alienações (3 952 euros).

15. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 setembro de 2016		31 dezembro de 2015	
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA ("Rasográfica") (Nota 26) (a)	1 592 739	-	1 592 739	1 765 023
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 26)	5 920 227	(5 920 227)	-	-
NB Património, S.A. (Ex - ESAF) (b)	1 580 223	-	1 580 223	1 580 223
Grafimadeira, S.A.	196 769	-	196 769	208 815
Depósitos a prazo (c)	85 317	-	85 317	85 317
	<u>9 375 275</u>	<u>(5 920 227)</u>	<u>3 455 048</u>	<u>3 639 378</u>

- (a) O montante apresentado inclui 1.260.000 euros corresponde a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica.
- (b) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a NB Património, S.A (ex - ESAF). No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado como não corrente.
- (c) Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).

16. EXISTÊNCIAS

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 setembro de 2016		31 dezembro de 2015	
	Valor bruto	Valor líquido	Valor bruto	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	242 188	242 188	326 235	326 235
	<u>242 188</u>	<u>242 188</u>	<u>326 235</u>	<u>326 235</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

17. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	bruto	da dívida	(Nota 28)	líquido	bruto	da dívida	(Nota 28)	líquido
Não correntes:								
Clientes	5 449 634	(15 444)	(4 630 025)	804 165	5 449 634	(15 444)	(4 630 025)	804 165
	<u>5 449 634</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(4 630 025)</u>	<u>804 165</u>	<u>5 449 634</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(4 630 025)</u>	<u>804 165</u>
Correntes:								
Clientes (a)	11 986 804	(5 566)	(7 875 384)	4 105 854	12 048 866	(5 566)	(7 930 280)	4 113 020
Rappel a liquidar	(303 776)	-	-	(303 776)	(308 505)	-	-	(308 505)
	<u>11 683 028</u>	<u>(5 566)</u>	<u>(7 875 384)</u>	<u>3 802 078</u>	<u>11 740 361</u>	<u>-</u>	<u>(7 930 280)</u>	<u>3 804 515</u>
Total	<u>17 132 662</u>	<u>(21 010)</u>	<u>(12 505 409)</u>	<u>4 606 243</u>	<u>17 189 995</u>	<u>(15 444)</u>	<u>(12 560 305)</u>	<u>4 608 680</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2016, esta rubrica engloba o montante de 9 213 euros proveniente de transações com entidades relacionadas – Gestprint, S.A.. (Nota 26).

18. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	30 setembro de 2016	31 dezembro de 2015
Numerário	3 700	3 700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	493 352	957 717
Caixa e depósitos bancários	497 052	961 417
Descobertos bancários (Nota 21)	(104 167)	-
Caixa e seus equivalentes	<u>392 885</u>	<u>961 417</u>

20. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Aplicação resultado 2015	Aquisição ações próprias	Resultado líquido do período	Saldo em 30 de setembro de 2016
Capital	9 334 831	-	-	-	9 334 831
Ações próprias	(527 531)	-	-	-	(527 531)
Reserva legal	1 866 966	-	-	-	1 866 966
Outras reservas	7 923 900	-	-	-	7 923 900
Resultados transitados	(35 349 797)	(1 465 584)	-	-	(36 815 381)
Excedentes de revalorização de ativos	34 955	-	-	-	34 955
Outras variações no capital próprio	5 152 807	-	-	-	5 152 807
Resultado consolidado líquido do período	<u>(1 465 584)</u>	<u>1 465 584</u>	<u>-</u>	<u>(1 415 189)</u>	<u>(1 415 189)</u>
	<u>(13 029 453)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1 415 189)</u>	<u>(14 444 642)</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº. de ações	Porcentagem
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A.	95 196 620	50,99%
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	72 223 016	38,68%
Outros, inferior a 10% do capital	19 276 984	10,33%
	<u>186 696 620</u>	<u>100,00%</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa detinha 1.387.459 ações próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas – Esta rubrica resulta, da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

21. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Passivos	Passivos	Passivos	Passivos
	não correntes	correntes	não correntes	correntes
Financiamentos bancários (a)	7 329 080	701 430	7 664 560	963 831
Outros financiamentos (b)	965 963	89 233	1 077 782	55 407
Descobertos bancários	-	104 167	-	-
Factoring (c)	-	2 636 111	-	2 570 341
Letras descontadas (d)	332 739	172 284	505 023	172 284
Cheques pré-datados (e)	-	126 964	-	244 275
Juros a liquidar	-	66 198	-	53 365
	8 627 782	3 896 387	9 247 365	4 059 503

Relativamente aos contratos de mútuo celebrados com o MillenniumBCP, em virtude da renegociação efetuada em 2016, a amortização de capital apenas se iniciará a partir de junho de 2017.

Em consequência da renegociação, no período findo em 30 de setembro de 2016 há a registar o impacto positivo de 178 303 euros resultante da atualização do desconto da dívida (Nota 11).

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

(a) Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	30 setembro de 2016			31 dezembro de 2015		
	Passivos		Total	Passivos		Total
	não correntes	correntes		não correntes	correntes	
NovoBanco (i)	188 995	33 666	222 661	188 148	32 381	220 529
BCP (i)	5 601 146	431 544	6 032 690	6 091 765	652 966	6 744 731
BarclaysBank, S.A. ("Barclays") (i)	158 580	28 074	186 654	148 972	28 091	177 063
Montepio Geral ("Montepio") (i)	59 496	10 009	69 505	61 415	10 281	71 696
Banco Popular, S.A. ("BP") (i)	29 531	5 276	34 807	32 327	4 543	36 870
Banco Santander (ex- Banif)	483 624	85 710	569 334	381 471	81 724	463 195
CGD (i)	266 624	44 815	311 439	293 751	45 916	339 667
Banco Efisa (i)	104 638	18 525	123 163	104 943	17 837	122 780
BCP(ii)	436 446	43 811	480 257	361 768	90 092	361 768
	<u>7 329 080</u>	<u>701 430</u>	<u>8 030 510</u>	<u>7 664 560</u>	<u>963 831</u>	<u>8 538 299</u>

- (i) Montantes relativos aos financiamentos, concedidos pelas várias entidades bancárias acima identificadas, que se encontram ao abrigo do PER, ajustados após o perdão da dívida e o respetivo desconto da dívida com referência a 30 setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. A aplicação do definido no Plano Especial de Recuperação implicou o reconhecimento de um perdão de dívida de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos à data, o qual teve efeito nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2013.

Estes empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 2% a regularizar da seguinte forma:

- 90 % em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de pagamento de capital e juros vincendos por um período de 24 meses, tendo-se iniciado a amortização em maio de 2015, exceto para o BCP que apenas se iniciará em maio de 2017, em virtude da renegociação efetuada em 2016 relativa ao plano de reembolso e para a Caixa Geral de Depósitos cuja amortização apenas se iniciou em janeiro de 2016;
 - 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.
- (ii) Financiamento concedido pelo BCP em julho de 2014, no montante de 600.000 euros, sob a forma de mútuo, a regularizar em 80 prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor a 3 meses mais um spread de 2%, tendo se iniciado a amortização em abril de 2016. No decorrer de 2016 foi renegociada a amortização do capital em 45 prestações mensais, sucessivas e iguais, com início em julho de 2017.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o plano de reembolso dos empréstimos obtidos é o seguinte:

	<u>30 de setembro de 2016</u>
2016	<u>114 182</u>
2017	904 485
2018	1229 064
2019	1209 675
2020	1 189 659
2021e seguintes	<u>10 329 976</u>
	<u>14 862 859</u>
Total	<u><u>14 977 041</u></u>

	<u>31 de dezembro de 2015</u>
2016	<u>1037 818</u>
2017	1370 414
2018	1350 101
2019	1329 787
2020	1309 471
2021e seguintes	<u>9 502 069</u>
	<u>14 861 842</u>
Total	<u><u>15 899 660</u></u>

De acordo com o artigo 218.º do Código da Insolvência e da Recuperação da Empresa, as moratórias e os perdões previstos nos Planos de Recuperação e de Revitalização pela Lisgráfica ficam sem efeito quando as condições e / ou as prestações estabelecidas ou previstas em tais Planos não forem cumpridas. Consequentemente, em caso do incumprimento do Plano de Revitalização pela Lisgráfica, os Bancos poderão exigir à Empresa o pagamento da dívida total inicialmente reclamada e reconhecida pelo Administrador Judicial Provisório (acrescida de eventuais juros aplicáveis) sem a aplicação de qualquer perdão.

(b) Em 30 setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros financiamentos" tem a seguinte composição:

	<u>30 de setembro de 2016</u>		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	288 307	34 948	323 255
Acionistas (ii)	100 000	-	100 000
Clientes no âmbito da aplicação do PER (iii)	<u>577 656</u>	<u>54 285</u>	<u>577 656</u>
	<u>965 963</u>	<u>89 233</u>	<u>1000 911</u>
	<u>31 de dezembro de 2015</u>		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	394 873	55 407	339 466
Acionistas (ii)	100 000	86 667	13 333
Clientes no âmbito da aplicação do PER (iii)	<u>582 909</u>	<u>60 000</u>	<u>642 909</u>
	<u>1077 782</u>	<u>55 407</u>	<u>995 708</u>

- (i) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (obtido pelo Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado; o contrato tinha um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de dezembro de 2014, o Grupo amortizou 4.449.662 euros e encontra-se em dívida o montante de 717.545 euros (valor nominal), cuja regularização se encontra prevista ao abrigo do PER, nos termos e condições aprovados:
- . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 30 de setembro de 2016, não foi iniciado o pagamento pois aguarda a assinatura do contrato;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos.

O montante em dívida foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 euros (Nota 27). O Grupo mantém também um depósito a prazo, no montante de 85.317 euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida quantia (Nota 15) uma vez que terá de ser 25% desta.

- (ii) O Grupo, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso, com início em junho de 2017.
- (iii) Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso. Em 30 de setembro de 2016, o impacto da regularização da dívida foi de 49 033 euros (Nota 11).

- (c) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 126.964 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

22. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	2 290 266	288 336	2 514 228	288 228

Relativamente ao contrato de locação financeira celebrado com o MillenniumBCP, em virtude da renegociação efetuada em 2016, a amortização de capital apenas se iniciará a partir de julho de 2017.

No período findo em 30 de setembro de 2016, a rubrica de Credores por locações financeiras registou o impacto resultante do PER de 48 414 euros referente à regularização do desconto da dívida PER (Nota 11).

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as locações financeiras têm o plano de reembolso seguinte:

	30 de setembro de 2016
2016	<u>74 116</u>
2017	300 214
2018	306 302
2019	312 513
2020	318 851
2021 e seguintes	<u>2 869 850</u>
	<u>4 107 730</u>
Total	<u><u>4 181 846</u></u>
Encargo financeiro suportado	<u>(1 603 245)</u>
Valor atualizado locações financeiras	<u><u>2 578 601</u></u>
	<u>31 dezembro de 2015</u>
2015	<u>307 122</u>
2016	401 546
2017	395 418
2018	389 288
2019	383 158
2020 e seguintes	<u>3 073 192</u>
	<u>4 642 602</u>
Total	<u><u>4 949 724</u></u>
Encargo financeiro suportado	<u>(2 147 168)</u>
Valor atualizado das locações financeiras	<u><u>2 802 556</u></u>

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos correntes		Passivos não correntes	
	30 setembro de 2016	31 dezembro de 2015	30 setembro de 2016	31 dezembro de 2015
Sector público estatal (a)	702 087	1 237 985	3 494 114	2 528 276
Credores diversos:				
Indemnizações a liquidar	554 740	313 280	-	-
Contrato de impressão (b)	282 119	282 119	1 049 424	682 900
Proveitos diferidos:				
Subsidio ao investimento	6 469	13 177	-	-
Vendas	200 000	-	-	-
	<u>1 745 415</u>	<u>1 846 561</u>	<u>4 543 538</u>	<u>3 211 176</u>

(a) Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos correntes		Passivos não correntes	
	30 setembro de 2016	31 dezembro de 2015	30 setembro de 2016	31 dezembro de 2015
Imposto sobre o valor acrescentado	-	4 327	-	-
Contribuições para a segurança social	178 424	244 012	-	-
Impostos sobre rendimentos pessoas individuais	51 142	108 901	-	-
Dívidas integradas em planos de pagamentos:				
Segurança Social (i)	349 452	232 968	3 021 117	2 049 243
Autoridade Tributária (i)	120 544	113 089	472 997	479 033
Juros a liquidar - dívidas integradas em planos de pagamentos	-	532 302	-	-
Outros	2 525	2 386	-	-
	<u>702 087</u>	<u>1 237 985</u>	<u>3 494 114</u>	<u>2 528 276</u>

(i) No exercício de 2003, o Grupo solicitou à Segurança Social e Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de Revitalização, as dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e estão a ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:

- . Autoridade Tributária (AT):
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em agosto de 2013;
 - . Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03.
- . Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas, iniciadas em maio de 2014;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos.

De forma a garantir parte das prestações, o Grupo mantém ativa a seguinte garantia bancária:

- 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social.

Em 30 de setembro de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 825.848 euros (Nota 10).

Desde a apresentação do PER que as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS têm sido liquidadas atempadamente.

- (b) Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, este montante corresponde a um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 euros até outubro de 2022 (Nota 13). Em 30 de setembro de 2016, o impacto da regularização do desconto da dívida foi de 214 699 euros (Nota 10).

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 de setembro de 2016	
	Não corrente	Corrente
Fornecedores, conta corrente	3 580 712	3 361 466
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	586 461
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	50 685
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	110 411
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	1 127 038
Fornecimentos e serviços externos	-	381 807
Outros e gastos e perdas	-	82 007
	<u>3 580 712</u>	<u>5 699 875</u>

	31 de dezembro de 2015	
	Não corrente	Corrente
Fornecedores, conta corrente	3 673 047	3 515 846
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	595 468
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	56 858
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	121 911
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	1 077 917
Fornecimentos e serviços externos	-	332 216
Outros e gastos e perdas	-	105 291
	<u>3 673 047</u>	<u>5 805 507</u>

Em 30 de setembro de 2016 e 2015 o impacto da regularização do desconto da dívida resultante do PER foi de 334 954 e 401 312 euros, respetivamente (Nota 10).

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30 setembro de 2016		31 dezembro de 2015	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Pagamento especial por conta	357 651	-	336 580	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	51 923	-	45 770
	<u>357 651</u>	<u>51 923</u>	<u>336 580</u>	<u>45 770</u>

Em virtude de não ser possível a recuperação dos pagamentos especiais por conta pela via dos resultados fiscais gerados em períodos futuros, a Lisgráfica submeteu requerimentos à Administração Fiscal (AT) para efeitos do seu reembolso, aguardando as respetivas inspeções para os exercícios de 2010, 2011, 2013 e 2014, tendo sido suportado o custo de 20.890 euros para esse efeito.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Foram identificadas como partes relacionadas do Grupo as seguintes entidades:

- . Acionistas:
 - Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, SA
 - Gestprint – Gestão de Participações Sociais, S.A
- . Conselho de Administração

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

	30 de setembro de 2016							
	Saldos				Transações			
	Outros ativos não correntes	Outros ativos correntes	Clientes	Fornecedores e conta a pagar	Empréstimos obtidos	Fornecimentos e serviços externos	Vendas	Custos com o pessoal
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 17)	(Nota 24)	(Nota 21)	(Nota 8)	(Nota 5)	(Nota 9)
Acionistas:								
Rasográfica (a)	1592 739	948 243	-	-	100 000	244 254	-	-
Gestprint (b)	5 920 128	-	9 213	-	-	41 995	42 902	-
Conselho de Administração	-	-	-	324 552	-	-	-	262 588
	<u>7 512 867</u>	<u>948 243</u>	<u>3 419</u>	<u>324 552</u>	<u>100 000</u>	<u>286 249</u>	<u>42 902</u>	<u>262 588</u>

31 de dezembro de 2015

	Saldos				Transações	
	Outros ativos não correntes	Outros ativos correntes	Fornecedores e contas a pagar	Empréstimos obtidos	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 24)	(Nota 21)	(Nota 8)	(Nota 9)
Acionistas:						
Rasográfica (a)	1 765 023	808 183	-	100 000	488 508	-
Gestprint (b)	5 477 327	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	324 552	-	-	515 085
	<u>7 242 350</u>	<u>808 183</u>	<u>324 552</u>	<u>100 000</u>	<u>488 508</u>	<u>515 085</u>

(a) O montante de 2.540.983 euros é constituído por:

- 1 260 000 euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica,
- 1 280 983 euros dos quais 505 023 euros se encontram titulados por 2 letras descontadas numa instituição financeira. O montante de 332 739 euros foi registado como não corrente.

(b) Em 30 de setembro de 2016, a Empresa tem a receber da Gestprint o montante de 5 920 128 euros, o qual tem constituída perda por imparidade de igual montante, por se ter concluído não haver viabilidade do seu recebimento devido à incapacidade financeira da devedora.

O montante de 244 254 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorreu em 30 de Junho de 2016 (Nota 8).

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

27. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 2 889 135 euros que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2 540 528	2 540 548
IAPMEI (b)	Banif	361627	341267
Câmara Municipal de Almada (c)	BES	7 320	7 320
		<u>2 909 475</u>	<u>2 889 135</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23).
- (b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 21).
- (c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	<u>30 de setembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Empréstimos bancários	20 240 000	20 240 000
Locações financeiras	140 785	140 785
Fornecedores	-	275 809
Estado e outros entes públicos	<u>3 234 137</u>	<u>2 936 351</u>
	<u><u>23 614 922</u></u>	<u><u>23 592 945</u></u>

Em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, em 2010, a Empresa prestou diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela NB Património, S.A. (ex - ESAF), para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

28. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade no semestre findo em 30 de setembro de 2016 é conforme segue:

	<u>Clientes e contas a receber (Nota 17)</u>	<u>Outros ativos não correntes (Nota 15)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12 560 305	5 477 327	18 037 632
Aumentos	-	442 800	442 800
Reduções	3 581	-	3 581
Utilizações	<u>51 315</u>	<u>-</u>	<u>51 315</u>
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u><u>12 505 409</u></u>	<u><u>5 920 127</u></u>	<u><u>18 535 329</u></u>

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi negativo de 0,0076 euros e negativo de 0,0099 euros, respetivamente.

	<u>30 setembro de 2016</u>	<u>30 setembro de 2015</u>
Resultado		
Resultado atribuível a acionistas majoritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(1 415 189)</u>	<u>(1 852 793)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186 696 620	186 696 620
Número de ações próprias	(1 387 459)	(1 387 459)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído	<u>185 309 161</u>	<u>186 199 325</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0076)	(0,0099)
Diluído	(0,0076)	(0,0099)

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento nos trimestres findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	<u>30 de setembro de 2016</u>	<u>30 de setembro de 2015</u>
Imposto corrente	14 204	16 885
Imposto diferido (Nota 12)	<u>(260 418)</u>	<u>(347 634)</u>
	<u>(246 214)</u>	<u>(330 749)</u>

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	Não auditado 30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Não auditado 30 de setembro de 2015
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Activos intangíveis	13	1 914 708	2 164 800	2 248 145
Activos fixos tangíveis	14	6 955 775	7 650 646	7 162 650
Investimentos financeiros		443	197	-
Activos por impostos diferidos	12	149 470	168 154	174 382
Clientes e contas a receber	17	804 165	804 165	828 349
Outros activos não correntes	15	3 455 048	3 639 378	3 474 051
Total de activos não correntes		<u>13 279 609</u>	<u>14 427 340</u>	<u>13 887 577</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	16	242 188	326 235	227 896
Clientes e contas a receber	17	3 802 078	3 804 515	4 529 073
Outros activos correntes	18	1 528 106	1 512 039	2 475 425
Imposto sobre o rendimento	25	357 651	336 580	315 764
Caixa e seus equivalentes	19	497 052	961 417	483 768
Total de activos correntes		<u>6 427 075</u>	<u>6 940 786</u>	<u>8 031 926</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>19 706 684</u></u>	<u><u>21 368 126</u></u>	<u><u>21 919 503</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	20	9 334 831	9 334 831	9 334 831
Reservas	20	8 769 724	8 769 724	8 769 724
Resultados transitados		(31 134 008)	(29 668 424)	(29 668 424)
Resultado consolidado líquido do exercício		(1 415 189)	(1 465 584)	(1 852 792)
Total do capital próprio		<u>(14 444 642)</u>	<u>(13 029 453)</u>	<u>(13 416 661)</u>
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	8 627 782	9 247 365	8 825 314
Locações financeiras	22	2 290 266	2 514 228	2 614 107
Outros passivos não correntes	23	4 543 538	3 211 176	3 520 597
Fornecedores e contas a pagar	24	3 580 712	3 673 047	4 405 124
Passivos por impostos diferidos	12	3 427 092	3 706 194	3 710 216
Total de passivos não correntes		<u>22 469 390</u>	<u>22 352 010</u>	<u>23 075 358</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos obtidos	21	3 896 387	4 059 503	4 144 253
Locações financeiras	22	288 336	288 228	66 489
Fornecedores e contas a pagar	24	5 699 875	5 805 507	6 883 811
Outros passivos correntes	23	1 745 415	1 846 561	1 149 424
Imposto sobre o rendimento	25	51 923	45 770	16 829
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>19 706 684</u></u>	<u><u>21 368 126</u></u>	<u><u>21 919 503</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado			
		30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	Terceiro trimestre de 2016	Terceiro trimestre 2015
PROVEITOS OPERACIONAIS:					
Vendas	5	13 819 749	14 900 681	4 333 049	5 073 281
Outros proveitos operacionais	6	965 158	863 426	171 127	292 065
Total de proveitos operacionais		<u>14 784 907</u>	<u>15 764 107</u>	<u>4 504 176</u>	<u>5 365 346</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:					
Custo das mercadorias vendidas	7	(4 254 468)	(4 433 969)	(1 335 793)	(1 430 111)
Fornecimentos e serviços externos	8	(3 937 457)	(4 489 903)	(1 170 582)	(1 518 207)
Custos com o pessoal	9	(4 777 091)	(4 962 603)	(1 449 063)	(1 588 996)
Amortizações		(976 122)	(1 748 810)	(321 057)	(582 991)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(439 219)	4 787	1 581	-
Outros custos operacionais	10	(1 524 528)	(824 713)	(814 608)	(269 105)
Total de custos operacionais		<u>(15 908 885)</u>	<u>(16 455 211)</u>	<u>(5 089 522)</u>	<u>(5 389 410)</u>
Resultados operacionais		<u>(1 123 978)</u>	<u>(691 104)</u>	<u>(585 346)</u>	<u>(24 064)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:					
Custos e proveitos financeiros, líquidos	11	(537 425)	(1 492 457)	104 582	(521 771)
Resultados antes de impostos		<u>(1 661 403)</u>	<u>(2 183 561)</u>	<u>(480 764)</u>	<u>(545 835)</u>
IMPOSTOS:					
Correntes	30	(14 204)	(16 865)	(4 554)	(6 186)
Diferidos	30	260 418	347 634	58 030	115 405
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(1 415 189)</u>	<u>(1 852 792)</u>	<u>(427 288)</u>	<u>(436 616)</u>
Rendimento integral		<u>(1 415 189)</u>	<u>(1 852 792)</u>	<u>(427 288)</u>	<u>(436 616)</u>
Atribuível a:					
Accionistas da empresa-mãe		<u>(1 415 189)</u>	<u>(1 852 792)</u>	<u>(427 288)</u>	<u>(436 616)</u>
Resultado por acção					
Básico	29	(0.0076)	(0.0099)	(0.0023)	(0.0023)
Diluído	29	(0.0076)	(0.0099)	(0.0023)	(0.0023)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

<u>Não auditado</u>	<u>Capital</u>	<u>Ações próprias</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Excedentes valorização ativos</u>	<u>Outras variações no capital próprio</u>	<u>Resultado consolidado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	9 334 831	(527 531)	1 866 966	7 923 900	(31 721 179)	34 955	5 152 807	(3 628 620)	(11 563 871)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	-	-	-	-	(3 628 620)	-	-	3 628 620	-
Aquisição ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	(1 465 584)	(1 465 584)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>7 923 900</u>	<u>(35 349 799)</u>	<u>34 955</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(1 465 584)</u>	<u>(13 029 453)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015	-	-	-	-	(1 465 584)	-	-	1 465 584	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 30 de setembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	(1 415 189)	(1 415 189)
Saldo em 30 de setembro de 2016	<u><u>9 334 831</u></u>	<u><u>(527 531)</u></u>	<u><u>1 866 966</u></u>	<u><u>7 923 900</u></u>	<u><u>(36 815 383)</u></u>	<u><u>34 955</u></u>	<u><u>5 152 807</u></u>	<u><u>(1 415 189)</u></u>	<u><u>(14 444 642)</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

José Pedro Franco Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Nota	Não auditado			
		30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	Terceiro trimestre 2016	Terceiro trimestre 2015
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		15 240 733	16 558 803	4 791 512	5 619 641
Pagamentos a fornecedores		(9 107 369)	(9 838 177)	(2 845 499)	(3 318 690)
Pagamentos ao pessoal		(4 872 490)	(5 448 999)	(1 628 930)	(1 808 126)
Fluxos gerados pelas operações		1 260 874	1 271 627	317 083	492 825
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(28 592)	(50 303)	(7 521)	(29 487)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		(412 824)	(406 114)	(129 038)	(143 976)
Fluxos das actividades operacionais (1)		819 458	815 210	180 524	319 362
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		-	-	-	-
Activos fixos intangíveis		5 552	15 000	-	-
Investimentos financeiros		-	-	-	-
Juros e proveitos similares		-	-	-	-
		5 552	15 000	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		(14 500)	-	-	-
Activos fixos intangíveis		(200 000)	(225 000)	(50 000)	(75 000)
Accionistas		-	-	-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		(208 948)	(210 000)	(50 000)	(75 000)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	-	-	-
		-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(467 741)	-	(279 435)	-
Amortizações de contratos de locação financeira		(100 263)	(54 225)	(48 964)	(45 672)
Juros e custos similares		(506 871)	(346 380)	(139 582)	(174 988)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1 074 875)	(400 605)	(467 981)	(220 660)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(464 365)	204 605	(337 457)	23 702
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	961 417	279 163	834 509	460 066
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	497 052	483 768	497 052	483 768

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de setembro de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

José Pedro Franco Brás Monteiro